



*‘Não se pode
esperar taxas de
crescimento
superiores a
3%, 4% em
1996.’*

**Dionísio
Dias
Carneiro**



*‘Muitos bancos
pequenos ainda
cerrarão as portas,
não haverá mercado
para eles’*

**Carlos Ivan
Simonsen Leal**

Sob a ameaça das pressões políticas

Os arranhões na governabilidade, como a crise bancária, a pastosa do banqueiro Ângelo Calmon de Sá do Econômico e, marginalmente, o caso Sivam, abrem espaço para pressões sobre o governo que, num ano eleitoral como o de 1996, podem interferir na agenda das reformas. A avaliação é da economista Sulamis Dain para quem essas pressões “são particularmente nefastas no momento em que o governo ainda precisa aprovar reformas estruturais, tanto a tributária, como a administrativa”.

Sulamis acentuou que essas reformas são “pré-condições para o estabelecimento de bases sólidas para uma trajetória de longo prazo, e para que a ancoragem cambial, que hoje em dia é exclusiva, possa se fazer acompanhar de uma ancoragem fiscal”. Ou seja, um controle mais eficiente do setor público de forma que a arrecadação seja compatível com os gastos.

Dionísio Dias Carneiro fez coro a Sulamis no que se refere às pressões eleitorais do próximo ano, quando serão escolhidos prefeitos e vereadores. “Isso realmente preocupa e será um teste para o Plano Real”. O temor é o de que os gastos públicos e o endividamento de estados e municípios aumentem em função da disputa eleitoral.

Sulamis retomou sua análise e disse que a ajuda fiscal aos bancos complicou o cenário das expectativas. Márcio Garcia completou afirmando que realmente “é difícil explicar para outros setores, como a agricultura, o benefício dado aos bancos”.

Carlos Tadheu de Freitas saiu em defesa do socorro ao sistema financeiro: “As medidas evitaram prejuízos maiores”. Mas, criticou a lentidão das ações do Banco Central, do qual foi diretor, em relação ao Econômico e ao Nacional.

Dionísio também defendeu as medidas para salvaguardar o sistema financeiro, embora tenha concordado com Sulamis que são fontes de problemas futuros. Uma espécie de moeda de troca a ser usada nas negociações do governo com o Congresso.